

Conselho Superior de Estatística

Secção Permanente das Estatísticas Demográficas, Sociais, das Famílias e do Ambiente

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007

Versão Final

Índice

Introdução.....	2
1. Método de trabalho	3
2. Estatística do GT	3
3. Mandato	4
4. Análise por sector: recomendações	5
5. Avaliação do grau de concretização das propostas e recomendações	6
6. Plano de Actividades para 2008	6
Conclusão	7

Anexos

Nº 1 – Presenças nas reuniões efectuadas (22-11-06 a 07-12-07)	9
Nº 2 – Sector dos Espectáculos ao Vivo	10
Nº 3 – Sector dos Espectáculos ao Vivo/Recintos Culturais	12
Nº 4 – Sector do Património Cultural	15
Nº 5 – Sector das Galerias de Arte	18

Versão aprovada na 14^a reunião (plenário)

Lisboa, 29 de Abril de 2008

José Soares Neves (OAC)

(Presidente do GTEC)

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura

RELATÓRIO DE ACTIVIDADES 2007

Versão Final

Introdução

Tal como referido no Relatório de Actividades de 2006 (DOCT/1928/CSE/DSFA), o Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC) foi reactivado em 2006 com base no Mandato e Plano de Acção definidos pela 12^a Decisão da Secção Permanente das Estatísticas Demográficas, Sociais, das Famílias e do Ambiente (SPEDSFA), de 2 de Março de 2004. Na primeira reunião do GT, realizada a 21 de Janeiro de 2006, foi aprovado o enquadramento, os principais eixos de acção, a composição e o Mandato constantes da referida Decisão.

O Mandato e a composição foram confirmados na 16^a Decisão da SPEDSFA, Anexo D, de 16 de Maio de 2006. De acordo com o ponto 3 dessa Decisão, no Relatório de Actividades (RA) de 2006, aprovado na 7^a reunião do GTEC, de 30 de Outubro de 2006, fez-se o ponto de situação dos trabalhos desenvolvidos e calendarizaram-se os trabalhos a realizar. No Relatório abordaram-se os seguintes sectores (ou subáreas): Cinema; Livro; Bibliotecas; Publicações Periódicas; e Museus. Ficaram por tratar os seguintes sectores: Espectáculos ao Vivo (e Recintos Culturais); Património Cultural¹; e Galerias de Arte².

Na 17^a Decisão da SPEDSFA, de 10 de Julho de 2007, refere-se, em síntese, que a Secção apreciou favoravelmente o RA de 2006; sublinha-se a importância da articulação e cooperação entre os vários organismos do Ministério da Cultura e entre estes e o INE; altera-se a composição do GT com a integração do OBERCOM e da ERC como membros não permanentes (sector Publicações Periódicas); e fixa-se o prazo de 31 de Janeiro de 2008 para o Presidente do GT apresentar novo Relatório de progresso cujo conteúdo deverá contemplar os seguintes dois pontos:

1. Recomendações para as restantes subáreas;

¹ O sector Património Cultural inclui o ponto “3.2 – Património arquitectónico” da publicação anual do INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

² O sector Galerias de Arte corresponde ao ponto “4.1 – Galerias de arte e outros espaços de exposições temporárias” da publicação anual do INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*.

2. Avaliação do grau de concretização das propostas e recomendações que constam em Anexo da referida Decisão.

É esse Relatório que, com algum atraso relativamente ao prazo fixado, agora se apresenta. Porém, antes de abordar os dois pontos referidos importa retomar alguns aspectos tratados no Relatório de 2006.

1. Método de trabalho

Manteve-se o método de trabalho anteriormente definido: privilegiar as reuniões de sector em detrimento das reuniões plenárias. O trabalho tem sido organizado pelos membros permanentes através da produção de uma ficha estruturada em 4 tópicos, dois deles preparatórios das reuniões sectoriais (*situação actual do sector e diagnóstico*) e outros dois decorrentes das referidas reuniões (*contributos dos membros do sector e recomendações*).

Incluem-se em anexo ao presente Relatório as fichas correspondentes aos 3 sectores considerados na 16^a Decisão que faltava analisar. Inclui-se ainda uma ficha dos Recintos Culturais que resulta do desdobramento do sector Espectáculos ao Vivo.

2. Estatística do GTEC

Entre 22 de Novembro e 7 de Dezembro de 2007 realizaram-se 6 reuniões do GTEC, das quais uma plenária e as restantes sectoriais. Como se pode ver pelo anexo nº 1, tiveram representantes nas reuniões 17 organismos³, num total de 44 participações.

Haverá ainda que referir que os membros permanentes efectuaram 3 reuniões, para além das seis mencionadas, uma delas já em 2008 mas com temas reportados às actividades de 2007.

³ Os organismos resultantes da reorganização do Ministério da Cultura são contados uma única vez.

3. Mandato

Dos cinco itens que constituem o Mandato, o GT debruçou-se sobre os relativos à análise sectorial (alínea b), aos conceitos estatísticos (alínea d) e ao recurso a actos administrativos apropriáveis para fins estatísticos (alínea c).

Quanto às duas alíneas restantes não foi possível o seu tratamento por várias razões: pela atenção exigida pelas outras três alíneas, pela estagnação do trabalho do Eurostat/cultura⁴ e pela dificuldade em delimitar o que se entende, em termos da intervenção do GT, por “acompanhar os desenvolvimentos [...] ao nível internacional” (alínea a) e, sobretudo, por “promover e assegurar a articulação com os representantes de Portugal junto de organismos internacionais” (alínea e).

Contudo, ao longo do tempo decorrido, a Dra. Teresa Sousa (INE) informou o Presidente do GTEC sobre o estado dos trabalhos no âmbito do Eurostat/cultura. Foi mantida uma troca de informação sobre projectos internacionais com implicações nesse âmbito. Mas importa ter presente que se trata de mera troca de informação de carácter informal, e que há outros organismos com intervenção nas estatísticas da cultura a nível internacional, designadamente a UNESCO/Portugal, relativamente aos quais não se vislumbra qual a intervenção a realizar pelo GTEC para além, eventualmente, de pedidos de informações.

Em suma, relativamente às cinco alíneas que constituem o Mandato do GT (16^a Decisão), importa reter o seguinte:

- a) Não foi objecto de análise. Haverá que criar condições para a sua concretização, clarificando e especificando os objectivos em causa, ou retirar do Mandato.
- b) Está feita a análise dos sectores identificados.
- c) Foi feita a reavaliação das operações estatísticas existentes. O ICA foi a única fonte administrativa *nova*, e imediatamente apropriável para fins estatísticos, identificada e analisada. Outras fontes, como a IGAC, foram também objecto de análise.

⁴ A este propósito importa, contudo, destacar dois factos ocorridos em 2007: a publicação de um volume sobre estatísticas da cultura da Europa, BECK-DOMZALSKA, Marta, (coord.) (2007), *Cultural Statistics 2007 Edition*, Luxemburgo, Comissão Europeia e Eurostat; e a realização, no âmbito da Presidência Portuguesa da UE, com organização do GPEARI-MC e do OAC, do seminário internacional *O sector cultural e criativo e a agenda de Lisboa*, o qual incluiu um painel sobre estatísticas culturais (Lisboa, 5/11/2007). A publicação encontra-se disponível no portal <http://ec.europa.eu/eurostat> e a documentação do seminário foi enviada pelo SCSE aos membros do GT e está disponível no portal <http://www.oac.pt/menuobservatorio.htm>.

- d) Foi feita a análise visando a actualização dos conceitos. Futuramente importará promover a sua actualização permanente e sistemática.
- e) Não foi objecto de análise. Haverá que precisar os objectivos desta alínea ou retirá-la do Mandato.

Importa ainda ter em conta que os termos do Mandato condicionam decisivamente o Plano de Actividades anual, pelo que qualquer alteração naquele deverá ser reflectida neste.

4. Análise por sector: recomendações

As principais conclusões por sector estão patentes nas súmulas das reuniões, a seu tempo enviadas aos membros, e no ponto *Recomendações* das fichas (ver anexos nº 2 a 5 deste RA), pelo que aqui importa – de acordo com o determinado na 17ª Decisão, ponto 5.1. – sintetizar as recomendações feitas relativamente a cada sector. Inclui-se a Radiodifusão porque, apesar de não constar do Mandato, é tema de um dos capítulos das estatísticas da cultura do INE⁵ e foi abordado na 9ª Reunião do GTEC.

Sector	Recomendações
Espectáculos ao Vivo	1. Controlo mais eficaz por parte da IGAC relativamente às entidades que constituem o ficheiro dos Promotores de Espectáculos (que constitui o universo inquirido pelo INE); 2. Alteração do âmbito do inquérito Espectáculos ao Vivo passando a incluir apenas as modalidades das artes do espectáculo (música, dança, teatro e outras modalidades); 3. Reformulação do questionário de modo a incluir variáveis como as produções e bilhetes vendidos a preço normal e com desconto.
Recintos Culturais	1. Controlo mais eficaz por parte da IGAC relativamente ao ficheiro de Recintos Culturais (que constitui o universo inquirido pelo INE); 2. Reformulação do questionário de modo a incluir variáveis de classificação dos recintos (auditório, teatro, cine-teatro, etc.);
Património Cultural	Criação de novo projecto específico do património cultural imóvel, a partir de uma proposta a apresentar pelo IGESPAR.
Galerias de arte	Reformulação do projecto.
Radiodifusão	Inclusão no Mandato do GTEC, como sector a analisar, privilegiando-se as fontes administrativas disponíveis da rádio e da televisão, tendo como membros a ERC, o OberCom e o GMCS e devendo a ANACOM ser convidada para a reunião sectorial (uma vez que não é membro do GTEC)

⁵ A Radiodifusão constitui um dos capítulos da publicação anual do INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*. Os dados respeitam à oferta de equipamentos/infra-estruturas.

5. Avaliação do grau de concretização das propostas e recomendações

Passando agora a abordar o ponto da 17ª Decisão da SPEDSFA (anexo I) relativo ao grau de concretização das propostas e recomendações, faz-se a respectiva avaliação no quadro abaixo.

Sector	Avaliação
Cinema	1. Recolha é oficial? Não. 2. Existe nota metodológica adequada? Independentemente de vir a ser melhorada, anote-se que os dados publicados pelo INE incluem referência à fonte, legislação em causa e recintos a que se reportam. 3. As Regiões Autónomas são abrangidas? Não totalmente (abrange apenas os dados dos exibidores com sede no Continente). 4. INE tem acesso aos microdados do ICA? Não. 5. A base legal foi adequada à actual realidade? Não. 6. Mantiveram-se os meios humanos e materiais no ICA? Sim. Saliente-se que nos Estatutos do ICA está consignada uma Divisão de Estudos e Estatística (art. 4º da Portaria nº 375/2007, de 30 de Março), o que parece concorrer para uma avaliação positiva deste ponto da recomendação. 7. Exibidores abrangidos é universal? Não. 8. Intensificada a comunicação INE/IGAC/ICA? Não. 9. A IGAC tem actuação efectiva na fiscalização de recintos e na fiscalização do cumprimento do DL nº 125/2003, de 20 de Junho? A IGAC vem tornando mais célere a fiscalização dos recintos cuja licença caducou e intervém junto dos exibidores para que o referido DL nº 125 seja cumprido.
Livro	A aguardar conclusão do Inquérito ao Sector do Livro (ISL) realizado pelo OAC para o MC.
Bibliotecas	Não se verificou qualquer alteração.
Publicações Periódicas	Não se verificou qualquer alteração.
Museus	Realizado.

6. Plano de Actividades para 2008

Quanto ao Plano de Actividades para 2008, está prevista a realização de 4 reuniões, das quais uma plenária e as restantes sectoriais. Na realidade, para além do plenário de discussão do RA 2007, espera-se realizar mais 5. São os seguintes os sectores e tópicos a abordar nas próximas reuniões sectoriais do GT:

Sector	Tópicos a abordar
Museus	Discussão e aprovação de novos conceitos.
Património Cultural	Avaliação das condições de exequibilidade de um novo projecto a partir de uma proposta a formular pelo IGESPAR.
Cinema	Avaliação da implementação das recomendações efectuadas pelo GTEC.
Recintos Culturais	Discutir uma reformulação metodológica e respectivo questionário.
Livro	Balanço do ISL, realizado pelo OAC para o MC, e avaliar a sua possível continuidade.

Conclusão

Foram já avaliados os sectores que constam do Mandato do GT. Por não constar do Mandato ficou de fora o da Radiodifusão, o qual deverá ser objecto de uma futura Decisão da SPEDSFA.

Estão a ser dados passos para a reformulação de alguns projectos, *nos limites do que pode ser realizado no âmbito do funcionamento e das competências dos grupos de trabalho*. O projecto do sector dos Museus, mercê do Protocolo existente entre INE, IMC e OAC e do empenhamento das partes envolvidas, foi reformulado. Outros projectos estão em curso mas carecem de reformulações mais ou menos profundas (Espectáculos ao Vivo/Recintos Culturais, Galerias de Arte). Espera-se que seja possível dar passos concretos para que o sector do Património Cultural possa vir a ter, em breve, um projecto próprio. Um outro sector (o do Livro) pode vir a beneficiar do projecto encomendado pelo MC ao OAC. Outros projectos continuam suspensos (Bibliotecas, Arquivos).

O princípio da apropriação de fontes administrativas para fins estatísticos, muito positivo em si mesmo, apresenta, no domínio da Cultura, limitações claras: ou porque demasiado dispersas (o que, na prática, significa que são inexistentes, como no caso das bibliotecas públicas), ou porque pouco eficientes *no que toca ao seu aproveitamento estatístico* (como no caso da IGAC). Neste quadro, o ICA foi a única fonte nova que, pese embora alguns aspectos que importa acompanhar e, talvez, melhorar, se revelou adequada.

Perante esta constatação, forçoso é reconhecer, talvez com maior ênfase do que seria normal, aquilo que há muito é sabido: o desenvolvimento das estatísticas nacionais da cultura dependem em grande medida da atenção que as várias entidades envolvidas, com especial destaque para o INE e para o MC, entendam prestar, directa ou indirectamente, de modo a suprir as carências actuais desta área estatística.

Quanto aos conceitos estatísticos, feita a actualização dos até aqui existentes, espera-se que venha a ser possível proceder a actualizações sectoriais, à medida que os projectos forem criados ou reformulados, em colaboração com o Serviço de Metainformação do INE

A terminar, o Presidente do GT agradece toda a colaboração prestada pelos membros não permanentes e, em particular, pelos membros permanentes nas pessoas da Dra. Teresa Sousa (INE) e da Dra. Eugénia Paços (SG/MC). Agradece ainda o apoio, compreensão e colaboração do secretariado do CSE na pessoa da Dra. Ana Dulce Pinto.

Lisboa, 29 de Abril de 2008

O Presidente do GTEC

José Soares Neves

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)
Relatório de Actividades 2007

Anexo nº 1 – Presenças nas reuniões efectuadas (entre 22-11-06 e 07-12-07)

Tipo/Sector	Data	Entidades	
		Designação	Nº. Participantes
Espectáculos ao Vivo	22.11.06	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Ministério da Cultura/Secretaria-Geral -MC/SG	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Inspecção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	1
		Instituto das Artes - IA	1
		Fundação Calouste Gulbenkian - FCG	1
Plenário	14.03.07	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	1
		Ministério da Cultura/Secretaria-Geral MC/SG	1
		Instituto da Comunicação Social - ICS	1
		Instituto Português do Património Arquitectónico -IPPAR	1
		Biblioteca Nacional - BN	1
		Inspecção-Geral das Actividades Culturais - IGAC	1
		Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia - ICAM	1
		Observatório da Comunicação - OBERCOM	2
		Associação Portuguesa das Empresas Cinematográficas - APEC	1
		Associação Portuguesa de Editores e Livreiros - APEL	1
		União dos Editores Portugueses - UEP	1
		Instituto das Artes - IA	1
		Instituto Português de Museus - IPM	1
Museus	24.07.07	Observatório das Actividades Culturais - OAC	2
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
		Ministério da Cultura/Secretaria-Geral MC/SG	1
		Associação Nacional dos Municípios Portugueses - ANMP	1
		Instituto dos Museus e Conservação - IMC	1
		Instituto de Gestão e do Património -IGESPAR	1
Conceitos estatísticos	20.11.07	Observatório das Actividades Culturais - OAC	1
		Instituto Nacional de Estatística - INE	2
Património Cultural	6.12.07	Observatório das Actividades Culturais - OAC	2
		Instituto Nacional de Estatística - INE	1
		Ministério da Cultura/Secretaria-Geral MC/SG	1
		Instituto dos Museus e Conservação - IMC	1
		Instituto de Gestão do Património -IGESPAR	1
Galerias de Arte	07.12.07	Observatório das Actividades Culturais - OAC	2
		Instituto Nacional de Estatística - INE	1
		Ministério da Cultura/Secretaria-Geral MC/SG	1
		Direcção-Geral das Artes DGARTES	1

Nota: na reorganização operada na administração pública em 2007, o IGESPAR, IP sucedeu ao IPPAR; O IMC, IP ao IPM; A DGARTES ao IA. No que interessa ao GTEC, a ERC incorporou algumas das competências do ICS. Embora até agora sem reflexo na composição do GT, o mesmo se verificou como

GPEARI (Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais) do MC relativamente à SG/MC.

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)

Relatório de Actividades 2007

Anexo nº 2 – Sector dos Espectáculos ao Vivo

1. Situação Actual

A metodologia de recolha de informação dos Espectáculos ao Vivo (a) vigente foi implementada em 1999. As principais alterações efectuadas ao “Inquérito Trimestral aos Espectáculos Públicos”, em vigor até 1998 (inclusive) foram: a periodicidade passou a anual em vez de trimestral e a modalidade “Cinema” deixou de fazer parte desta operação estatística.

O objectivo do inquérito aos Espectáculos ao Vivo é a obtenção de dados relativos a sessões, bilhetes vendidos e oferecidos, espectadores, receitas, número de originais (portugueses e/ou estrangeiros, por modalidade) e número de elementos do elenco (portugueses e/ou estrangeiros, por modalidade).

As modalidades de espectáculos observadas são: teatro, ópera, concertos (música clássica e música ligeira), recitais e coros, dança (clássica e moderna), folclore, mistas, circo, tauromaquia, multidisciplinares (espectáculos musicais ou de teatro com multimédia) e outras (danças de salão, música erudita, música electrónica, espectáculos de golfinhos, recitais de poesia, magia/ilusionismo, colóquios, humor)

O Universo bem como a Unidade Amostral deste inquérito são os Promotores de Espectáculos ao Vivo, incluídos nos grupos **92311, 92320, 92341 e 92342** da CAE. Rev 2.1.

O Ficheiro dos Promotores de Espectáculos ao Vivo é constituído anualmente com base nas respostas ao inquérito do INE do ano anterior, e a informação relativa aos novos Promotores é obtida a partir das licenças concedidas pela IGAC (Inspeção Geral das Actividades Culturais).

A difusão da informação é efectuada na publicação das *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio, Anuário Estatístico de Portugal, Anuários Regionais, Portugal Social, Portugal em Números* e no *INFOLINE*. Refira-se que, toda a informação publicada pode

ser disponibilizada por Concelho, desde que salvaguardado o princípio do segredo estatístico.

2. Diagnóstico/histórico dos Espectáculos ao Vivo

Desde o ano de 1935 que o INE publica dados sobre os Espectáculos ao Vivo (Anuário Estatístico de Portugal – 1935) e desde 1967 que o INE recolhe e apura informação, primeiro com o inquérito trimestral aos “Espectáculos Públicos”, e a partir de 1999, a recolha passou a ser feita anualmente, com o inquérito aos Espectáculos ao Vivo

3. Contributos dos membros do sector

Tendo em conta os aspectos referidos na reunião do sector realizada em 22-11-2006 (b), e dada a inexistência de fontes administrativas alternativas fiáveis relativas aos Espectáculos ao Vivo, destacam-se os seguintes pontos:

1. deve haver uma alteração no âmbito do inquérito, considerando apenas as Artes do Espectáculo (música, dança e teatro e outras modalidades);
2. maior desagregação de algumas das modalidades;
3. apuramento do número de Espectáculos/Produções;
4. alteração do indicador Número de Bilhetes Vendidos, separando entre Número de Bilhetes Vendidos a Preço Normal e Número de Bilhetes Vendidos com desconto;
5. supressão do quadro 2 (Originais e Elenco). Esta proposta de alteração pode ser implementada já na próxima recolha da informação (ano de referência 2006), uma vez que não tem implicações adicionais;
6. implementação de um sistema de maior controlo por parte da IGAC no que se refere à informação das Licenças concedidas, a partir das quais tem origem o Ficheiro dos Promotores de Espectáculos, fornecidos anualmente ao INE.

4. Recomendações

As Recomendações para este sector são:

- implementar um sistema de maior controlo por parte da IGAC no que se refere à informação na qual tem origem o Ficheiro de entidades dos Promotores de Espectáculos;
- alteração do âmbito do inquérito dos Espectáculos ao Vivo - considerando apenas as Artes do Espectáculo (música, dança e teatro e outras modalidades), desagregação de algumas modalidades;

- alteração do questionário, incluindo nº de produções, nº de Bilhetes Vendidos (nº com preço normal e nº com desconto).

5. Anexos

- (a) Documento Metodológico, INE, Janeiro de 2005
- (b) Acta da reunião do GTEC de 22-11-2006

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)

Relatório de Actividades 2007

Anexo nº 3 – Sector Espectáculos ao Vivo /Recintos Culturais

1. Situação Actual

A metodologia de recolha de informação dos Recintos Culturais (a) vigente foi implementada em 1999. O novo inquérito passou a ter periodicidade bienal, e tem por objectivo a caracterização das instalações onde se realizam os espectáculos. Assim, com o inquérito aos Recintos Culturais recolhe-se informação sobre as características dos Recintos onde decorrem espectáculos de natureza cultural (tipo de recinto – fixo, itinerante e improvisado – lotação e forma jurídica da entidade proprietária /exploradora), completando assim, a informação obtida através do inquérito aos Espectáculos ao Vivo.

O inquérito aos Recintos Culturais é enviado de dois em dois anos, a todos os Recintos Culturais que fazem parte do Ficheiro do INE. O Ficheiro dos Recintos Culturais é constituído com base nas respostas ao último inquérito do INE, e a informação relativa aos novos Recintos é obtida a partir das licenças concedidas pela IGAC (Inspecção Geral das Actividades Culturais). Nos anos da não realização, o inquérito é enviado apenas aos recintos novos ou aos que entretanto deixaram de estar com actividade suspensa (obras ou em remodelação).

A difusão da informação é efectuada na publicação das *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, *Anuário Estatístico de Portugal*, *Anuários Regionais*, *Portugal Social*, *Portugal em Números* e no *INFOLINE*. Refira-se que, toda a informação publicada pode ser disponibilizada por Concelho, desde que salvaguardado o princípio do segredo estatístico.

2. Diagnóstico/histórico dos Recintos Culturais

Desde o ano de 1935 que o INE publica dados sobre os Recintos Culturais (*Anuário Estatístico de Portugal – 1935*) e desde 1967 que o INE recolhe e apura informação, primeiro com o inquérito trimestral “Espectáculos Públicos”. A partir de 1999, a recolha do inquérito aos Recintos Culturais, passou a ser bienal.

3. Contributos dos membros do sector

Tendo em conta os aspectos referidos na reunião do sector realizada em 22-11-2006 (b), e dada a inexistência de fontes administrativas alternativas fiáveis relativas aos Recintos Culturais, destacam-se os seguintes pontos:

1. a constituição do ficheiro deverá ter por base uma melhor informação proveniente da IGAC, bem como o aproveitamento da informação a partir do levantamento dos Recintos Culturais a realizar pelo Instituto das Artes, entre outras fontes possíveis;
2. alteração do questionário de forma a recolher informação relevante, designadamente no que respeita à classificação do recinto (auditório, teatro, cine-teatro, etc.).

4. Recomendações

As Recomendações para este sector são:

- implementar um sistema de maior controlo por parte da IGAC no que se refere à informação na qual tem origem o Ficheiro de entidades dos Recintos Culturais;
- alteração do questionário dos Recintos de forma a recolher informação relevante, designadamente no que respeita à classificação do recinto;

5. Anexos

(a) Documento Metodológico, INE, Janeiro de 2005

(b) Acta da reunião do GTEC de 22-11-2006

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)

Relatório de Actividades 2007

Anexo nº 4 – Sector do Património Cultural

1. Situação Actual

O INE não recolhe nem trata informação relativa ao Património Arquitectónico. A informação inserida na publicação anual das “Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio” até 2006 (inclusive) era fornecida pela ex-DGEMN (Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais). A informação incluída é a seguinte:

- Inventário do Património Arquitectónico;
 - Imóveis protegidos (total, monumentos nacionais, imóveis de interesse público, valores concelhios);
 - Imóveis não protegidos;
- Distribuição dos imóveis, por tipo arquitectónico;
- Distribuição dos imóveis, por entidade proprietária;
- Alguns tipos de imóveis de acesso público, por distritos e regiões autónomas.

Todos os anos são encontradas dificuldades quer na obtenção da informação quer na qualidade da mesma. Anualmente o INE tem que solicitar a informação à data de 31 de Dezembro do ano de referência, porque não há backups ou maneira de saber os dados em determinada data. Se a informação for obtida no dia 2 de Janeiro do ano seguinte, os dados obtidos podem já não reportar ao ano anterior.

No que respeita aos dados das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, os mesmos são fornecidos ao INE pelo Serviço Regional de Estatísticas dos Açores e Direcção Regional de Estatísticas da Madeira, respectivamente, cujas fontes são as Direcções Regionais de Edifícios e Monumentos Nacionais que também enviam para a DGEMN e, normalmente os dados não coincidem.

No que se refere aos conceitos utilizados e incluídos na publicação de 2006 inclusive, muitos deles não são claros. Por exemplo a categoria Imóveis de arquitectura civil, religiosa, ou militar tem subjacente o tipo de utilização do imóvel e não o tipo de arquitectura do mesmo.

No que respeita à informação fornecida pela ex-DGEMN, verifica-se que os mesmos variam muito de um ano para o outro, não por o número de Imóveis ter crescido ou decrescido mas porque foram tratadas mais fichas, ou abriram-se novas fichas, ou porque se verificou uma reclassificação, etc.

2. Contributos dos membros do sector

Tendo em consideração, os aspectos debatidos na reunião do sector, realizada em 6-12-2007, destacam-se os seguintes pontos:

- o INE não recolhe nem trata informação relativa ao Património Arquitectónico. Anualmente publica informação relativa ao Inventário do Património Arquitectónico, Distribuição de imóveis e Tipos de imóveis de acesso público.
- existe uma fonte administrativa (o inventário do património imóvel), que até ao ano de referência de 2006 era a DGEMN (Direcção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais), sendo agora da responsabilidade do IGESPAR(b). Este organismo, de futuro disponibilizará os dados ao INE;
- tendo em conta os limites da informação assim obtida, considerou-se útil definir um novo projecto de inquérito, o qual teria como Universo os Imóveis Classificados (monumentos e sítios arqueológicos) com controlo de visitantes;
- o questionário a definir não deverá ser muito extenso e deve incluir apenas informação indispensável para a caracterização dos imóveis, como por exemplo dados relativos aos visitantes (total e estrangeiros), despesas (totais e com pessoal), receitas (totais, provenientes das entradas dos visitantes) e pessoal (ao serviço, remunerado);
- deve-se proceder à delimitação do universo a inquirir, à construção do instrumento de recolha de informação (questionário), à definição dos conceitos a utilizar, bem como à actualização regular da base de dados do universo a inquirir.

O IGESPAR apresentará uma proposta de inquérito, partindo do inquérito já existente para o sector dos Museus, aliando os elementos existentes no IGESPAR, no que se refere ao ex-IPPAR, bem como os que eram facultados pela DGEMN ao INE.

3. Recomendações

Discussão e aprovação no seio do GTEC do questionário e metodologia respectiva do projecto a implementar pelo IGESPAR.

4. Anexos

(a) Acta da reunião do GTEC de 6-12-2007.

(b) Criação do IGESPAR – Decreto-Lei nº 96/2007, de 29 de Mar.

Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Cultura (GTEC)

Relatório de Actividades 2007

Anexo nº 5 – Sector das Galerias de Arte

1. Situação Actual

A metodologia de recolha de informação e questionário das “Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias” (a) vigentes, foram implementados em 1998.

O objectivo do inquérito é obter dados anuais físicos e financeiros das Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias, nomeadamente: a classificação (galeria comercial, espaço de exposição e venda, espaço de exposição sem fins lucrativos), as entidades promotoras das exposições realizadas, exposições, obras, autores e visitantes, classificação dos objectos ou colecções expostas, dados financeiros (valor das obras, receita bruta proveniente das comissões e da venda das obras expostas).

O Universo e a Unidade Amostral deste inquérito são as Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias (grupo **92312** da CAE. Rev 2.1.), em actividade no ano de referência.

A base de amostragem é constituída pelos espaços que realizaram, no ano de referência, exposições temporárias (galerias de arte, bibliotecas, escolas e Câmaras Municipais).

O ficheiro base de unidades estatísticas do Instituto Nacional de Estatística, já constituído para o anterior inquérito, é actualizado no final de cada ano, com informação proveniente do inquérito do INE. No que respeita aos novos espaços, o ficheiro é actualizado com a informação publicada nas Agendas Culturais de Lisboa, Área Metropolitana do Porto, Coimbra, Cascais e Évora.

A difusão da informação é efectuada na publicação das *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio*, *Anuário Estatístico de Portugal*, *Anuários Regionais*, *Portugal Social*, *Portugal em Números* e no *PORTAL* do INE. Refira-se que toda a informação publicada pode ser disponibilizada por Concelho, desde que salvaguardado o princípio do segredo estatístico.

2. Diagnóstico/histórico das Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições

Desde o ano de 1967 que o INE recolhe e apura informação sobre as Galerias de Arte e Outros Espaços de Exposições Temporárias.

3. Contributos dos membros do sector

De acordo com a reunião realizada em 7-12-2007 (b), destacam-se os seguintes pontos:

No **Universo e Classificação das entidades**, o conceito de Galerias de Arte revela-se sem grandes problemas, visto que abrange um grupo homogéneo de entidades. No entanto, os Espaços de exposição e venda e Espaços de exposição sem fins lucrativos incluem um leque variado de situações, que aconselha ponderação do Universo a inquirir. Da análise dos dados, ressaltam os Espaços de exposição sem fins lucrativos, os quais, até pelo seu peso no Universo, seria importante conhecer de forma mais desagregada.

No que respeita à **Classificação dos objectos ou colecções expostas**, encontra-se desactualizada. Por exemplo não há classificação para os objectos relacionados com a *new media art*, e as exposições mistas não acrescentam muita informação uma vez que não se sabe o que lá está, não sendo assim perceptível a sua interpretação. De futuro será mais correcto inquirir em quadros separados o número de exposições e o número de obras expostas, para os quais deverá haver classificações distintas, uma para as exposições e outra para os objectos/obras.

Quanto aos visitantes sugeriu-se que a respectiva questão poderia ser suprimida, uma vez que a informação obtida é pouco fiável, ou em alternativa deve-se incluir uma pergunta de controle para validar o número de visitantes.

4. Recomendações

As Recomendações para este sector são:

- Reformulação, ou mesmo a divisão do inquérito em dois distintos, de modo a distinguir as galerias de arte (ou galerias comerciais) dos espaços de exposição;
- Redefinição do(s) Universo(s) a inquirir com vista a salvaguardar uma maior homogeneidade;
- É necessário introduzir precisões ou mesmo novas definições para alguns dos actuais conceitos e termos utilizados, nomeadamente galeria comercial, espaços de exposição e venda, visitantes e obras.
- Actualização das Classificações relativas às exposições e obras/objectos expostos.

5. Anexos

- (a) Documento Metodológico, INE, Janeiro de 2005.
- (b) Acta da reunião do GTEC de 7-12-2007.